



MANIFESTAÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO DECRETO Nº 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

O Fórum Permanente de Educação Inclusiva do Estado do Espírito Santo, entidade de caráter não confessional, não governamental e não partidária, que visa contribuir com a produção, a divulgação, o debate de conhecimentos e a realização de ações referentes às políticas e às práticas pedagógicas e de gestão, que podem favorecer o direito à educação de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, com foco no acesso, na permanência e na aprendizagem, por meio da articulação, de forma descentralizada e em rede, de instituições de ensino, entidades governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, movimentos de coletivos e sociedade civil engajados em ações concretas para a consolidação de uma educação inclusiva no referido estado, vem por meio desta nota manifestar-se contra a nova política nacional de educação especial, instituída por meio do Decreto Nº 10.502 de 30 de setembro 2020.

Considerando que, o referido Decreto prevê a existência de escolas e classes especializadas (art. 2º, VI e VII) em substituição às escolas de ensino comum, propiciando o retrocesso a um modelo malsucedido de categorização e segregação de pessoas, violando um direito humano da pessoa com deficiência assegurado constitucionalmente;

Considerando que, ao definir a escola especializada como espaço destinado ao atendimento educacional de “educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos” (art. 6º, VI) e instituir que a colaboração dos entes federativos ocorrerá por meio de “adesão voluntária” (art. 13), o Decreto configura a desresponsabilização do Estado e da sociedade na eliminação das barreiras que produzem os impedimentos à participação plena, efetiva e em igualdade de condições dos demais estudantes;

Considerando, ainda, que o referido Decreto ignora os avanços de conhecimentos teóricos e práticos obtidos por meio da inclusão massiva destes estudantes ocorrida na última década, a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, na escola comum, e, conseqüentemente, da evolução de sua matrícula na educação básica;

Considerando que, é grave e evidente o descompasso da política de educação especial instituída pelo Decreto N.º 10.502/20 com os marcos normativos nacionais e internacionais aprovados e em vigor na última década, que mostram a interdependência entre possibilidades destes estudantes e responsabilidade do meio social;

Considerando, por fim, que o Decreto representa a culminância de um processo autoritário, impedindo o diálogo com a sociedade civil e com as entidades representativas, o que se contrapõe ao Comentário n. 7 do Comitê da ONU para a Convenção de Nova York, que destaca que as decisões acerca dos direitos das pessoas com deficiência devem ser tomadas em consulta e participação direta destas.

Pelas argumentações supracitadas, o Fórum Permanente de Educação Inclusiva do Espírito Santo manifesta-se pela revogação do Decreto N.º 10.502/2020 de 30 de setembro de 2020, por compreender que este impossibilita a luta por uma educação pública, estatal, gratuita, laica, inclusiva, de qualidade socialmente referenciada.

Vitória, 1º de outubro de 2020.

